

ATA da 177ª Reunião – 05/2018 – Quinta reunião ordinária da Comissão Intergestores Regional Noroeste Mato-grossense de dois mil e dezoito, realizada no vigésimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no Escritório Regional de Saúde de Juína. Após a conferência de quorum, a reunião foi aberta às nove horas e vinte minutos e conduzida pela Coordenadora da CIR NO Ana Paula Marques Schulz. Estiveram presentes: Valdeneia Dantas Jales Santos, Secretária Municipal de Saúde de Aripuanã; Márcio Papadiuki Bueno, Secretário de Saúde de Brasnorte; Ivania Vargens Tigre Weber, Secretária Municipal de Saúde de Castanheira; Leocádia Gomes Padilha, Secretária Municipal de Saúde de Cotriguaçu; Hélvio de Lima, Secretário Municipal de Saúde de Juruena; Leda Maria de Souza Villaça, Secretária Municipal de Saúde de Juína/ Vice-presidente Regional do COSEMS na Região Noroeste Matogrossense. Tânia Cristina Cardoso Eufrásio, Apoiadora do COSEMS na Região Noroeste. Representando a SES/MT-ERS/JUINA: Ana Paula Marques Schulz, Sérgio Volmir Post, Nara Denise Anéas Mationi, Geise Aparecida Vaz, Claudiana de Souza Duarte, Elaine Monerato Coelho, Vanessa Vidal Oliveira. Secretária Executiva nesta reunião da CIR NO Juciane Alves da Silva: Ana Paula deu boas vindas agradecendo a presença de todos. Informou sobre a ausência justificada do município de Colniza devido intercorrências no município, mas poderá ter a participação de um técnico do município que está se deslocando para Juína. A Coordenadora confirmou o quórum para início da reunião e informou que o mês de julho é dedicado às ações de saúde do homem, comemorando-se no dia quinze de julho o Dia Nacional do Homem. Em seguida foi feita a leitura da ata da reunião CIR NO 04/2018 que foi aprovada sem ressalvas.

Devolutivas da 4ª Reunião: Definição de macrorregiões de saúde – Ana Paula informou que a SES e COSEMS encaminharam solicitação de prorrogação de prazo junto à CIT – Tripartite, para garantir a discussão regionalizada anterior à tomada de decisão quanto às macrorregiões; sendo que a pauta será discutida na próxima CIR. **Consórcio Intermunicipal do Vale do Juruena** – Foi oficializado para o CISVJ os questionamentos dos municípios, destacando a necessidade da instituição dos Conselhos conforme Estatuto. Agostinho destacou que o Conselho de Saúde (Secretários Municipais de Saúde) e Conselho Fiscal (Conselheiros) não foram constituídos no ano de dois mil e dezoito, devido às mudanças organizacionais do CISVJ e também por consequência da nova organização da forma de contrato/ convênio. Comentou que, nas reuniões dos conselhos, será necessária a participação de profissionais de contabilidade para entenderem sobre os processos que envolvem a pactuação de cotas, custos e valores dos

procedimentos. Informou que, em 2017, enviou ofícios aos municípios solicitando a indicação de nomes de conselheiros, porém, nem todos retornaram a resposta. As Secretarias de Saúde de Juruena e Castanheira questionaram sobre os retornos de cotas quando há atrasos referentes ao PAICI, visto que compreenderam que os municípios estavam sendo prejudicados a partir do momento que regularizam os repasses; foi esclarecido que o último mês do PAICI recebido foi outubro de 2017, ou seja, há um grande atraso, além de outras informações que demonstraram que o fluxo de caixa utilizado até o momento não consta o PAICI. Tania informou que, conforme lhe foi solicitado, entrou em contado com os demais apoiadores do COSEMS, e cada Consórcio tem metodologia de distribuição de cotas do PAICI e organização distintas pactuadas por consenso entre os municípios. O Secretário Executivo do CISVJ, o senhor Agostinho, citou que em Mato Grosso há somente dois Consórcios que consideram o valor do PAICI na despesa, e que o CISVJ trabalhou até setembro de 2017 contando com o recurso. Outro fator que aumentou o déficit do Consórcio é a dívida de Colniza, atualmente há um déficit mensal de quarenta e oito mil reais por mês. Explicou que, no ano de 2019 haverá duas formas de contrato: o contrato de rateio com a divisão das despesas administrativas e o segundo com as cotas definidas para cada município. O custo fixo e os custos variáveis terão convênios distintos. Agostinho comentou que a Casa de Apoio gerida pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Juruena tem vinte e dois leitos para atender seis municípios que compõem o CISVJ, sendo que esporadicamente oferta serviços para usuários da zona rural do município de Juína. Agostinho solicitou que os municípios informem por meio de ofício as necessidades de exames que precisam em caráter de urgência para organizar e garantir a oferta. Os procedimentos de urgência que na maioria são realizados fora do horário convencional de trabalho, tem valor diferenciado e não tem cotas. Expôs ainda que a empresa Centauro do médico urologista informou que fez visita em todos os municípios e que as secretarias de saúde afirmaram a necessidade desse serviço; solicitou os valores e recebeu a resposta do valor da consulta a R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) e todo este urodinâmico R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) realizados na Policlínica de Juína. A Secretária de Saúde de Castanheira solicitou levantamento do custo de psiquiatria, pois tem uma grande demanda e que poderia definir um dia na semana para atendimento. Agostinho destacou a dificuldade dos agendamentos, pois enfrentou muito dificuldade devida ausências dos usuários agendados, principalmente de psiquiatria. Comentou que, solicitou do ERS informações sobre o médico psiquiatra Rodrigo Bessa Prata em relação ao CRM. Ana Paula esclareceu que, conforme já

63 exposto em reuniões anteriores, o profissional está habilitado para atender psiquiatria, porém
64 para fornecimento de medicamento de alto custo, é necessário o profissional psiquiatra tenha
65 reconhecimento do título de especialista pelo CRM na abertura dos processos de solicitação, mas
66 a falta de titulação não impede a continuidade dos processos de medicação de alto custo. Ana
67 Paula destacou a necessidade da instituição com urgência dos Conselhos Técnico e Fiscal, porém
68 solicitou priorizar a criação do Conselho técnico, composto pelos Secretários/ secretárias para
69 atuar no controle e avaliação, fortalecendo a função que também é da Secretaria de Estado de
70 Saúde de Mato Grosso. **Prevênia** – Ana Paula apresentou a Dra. Newva Asssami e o senhor
71 Eder representantes da Prevenia para exporem aos municípios os valores dos serviços que a
72 empresa está credenciada para ofertar: ultrassonografia, radiologia, mamografia e densitometria.
73 Leda conduziu a discussão, visto que anteriormente já tinha feito o contato com a empresa
74 destacando que objetivo principal é fortalecer a regionalização e garantir esses serviços mais
75 próximos aos usuários. Houve uma discussão inicial que o município de Juína estaria vinculando
76 esses serviços a PPI e garantindo aos usuários da região, mas o setor jurídico avaliou a proposta
77 e apontou descumprimento de aspectos legais que compromete o município. Eder destacou que
78 já estão ofertando serviços por meio de contrato com Juína e tem que conversar individualmente
79 com os outros municípios para definirem essa contratação. Leda comentou que a proposta inicial
80 dos custo dos exames foram de três tabelas SUS e questionou se a empresa manterá essa
81 proposta, o que foi confirmado pelos representantes da Prevenia. Mara informou que é possível
82 no processo de licitação restringir alguns itens que facilitam a contratação de empresas da região,
83 especificando localidade, sistema presencial entre outros, ou ainda solicitar dispensa de licitação,
84 dependendo do valor final dos exames; questionou se é possível a aquisição dos exames de
85 mamografia pelo Consórcio, no qual Leda enfatizou que será necessária uma discussão para
86 definir novos arranjos, pois com a reorganização da PPI do município de Juína os municípios
87 terão que comprar vários serviços, direto com as prestadoras. Newva questionou sobre o volume
88 de exames pelo Consórcio que são poucos e foi explicado que, atualmente o serviço do
89 Consórcio é complementar, a referência atual é Cuiabá por meio da PPI. Agostinho destacou que
90 o Consórcio já tem contrato com a prestadora e que pode aumentar a cota conforme a
91 necessidade dos municípios, sem precisar fazer um contrato do município direto com a
92 prestadora, atualmente apenas o serviço de densitometria não está disponível como serviço
93 contratado no Consórcio. Ana Paula ressaltou a necessidade de pactuação dos serviços ofertados

via consórcio, de forma a possibilitar o faturamento e garantir o banco de dados. Leda agradeceu a presença dos representantes da empresa Prevênia que serão contatados novamente para efetivação do processo. **PACTUAÇÕES: Aplicação de saldo de recurso de convênio** – Ana Paula informou que o município de Aripuanã apresentou uma resolução do CMS solicitando aprovação do Plano de Trabalho 32/2018 para Utilização do Saldo do Convênio 13/2012 recurso de Emenda Parlamentar para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital Municipal de Aripuanã; considerando que os documentos foram devidamente encaminhados, a Resolução é aprovada por consenso. **Emenda Parlamentar Estadual** – O município de Juína apresentou duas Emenda Parlamentares: Deputado Estadual Zeca Viana no valor de R\$ 75.000.00 (setenta e cinco mil) para aquisição de equipamentos “materiais permanentes” para Unidades de Atenção Básica do município de Juína e o segundo do Deputado Saturnino Masson no Valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Aquisição de cadeira de rodas e de banho para o Hospital Municipal de Juína. Considerando que os documentos foram devidamente encaminhados, a Resolução é aprovada por consenso. **Pactuação da PPI do município de Juína** – Ana Paula expôs que o município de Juína completou a agenda de avaliação e repactuação da PPI interna e já há possibilidade de definir agenda para os municípios. Leda informou que o município de Juína, após avaliação com a equipe, definiu que irá apresentar as suas alterações na PPI no mês outubro juntamente com os demais municípios, pois irá fazer alguns ajustes e organização nos processos de trabalhos dos estabelecimentos de saúde, assim como, organização dos registros dos serviços ofertados resultante das avaliações da necessidade de mudanças identificadas na Oficina da PPI. **APRESENTAÇÕES: Plano de trabalho – prioridades do segundo semestre do ano de 2018** - Ana Paula apresentou o Plano de Trabalho do segundo semestre de 2018 para o ERS Juína; composto de prioridades estabelecidas pelo Estado e na sua composição houve a participação de técnicos do ERS. **Mês de julho:** Três e quatro/ Encontro Estadual de Fortalecimento da Atenção Básica, devido à presença das equipes de avaliação externa do PMAQ-AB na região alguns municípios justificaram a ausência Castanheira e Juruena; dezoito e dezenove/ **Reunião ampliada da CIR NO e Imunização** com a participação de coordenação da Atenção Básica, Sala de Vacina e Coordenação da Vigilância em Saúde para discussão das estratégias adotadas, dos desafios e plano de intervenção para oferta dos serviços e alcance de metas no ano de dois mil e dezoito. **Mês de agosto:** dezesseis e dezessete/ **Reunião ampliada da CIR NO e CIES** - Comissão de Integração de Ensino

e Serviço. Foi pactuado para os dias quatorze e quinze de agosto/ I Encontro Regional de Aleitamento Materno e I Encontro de Alimentação Adequada e Saudável do Noroeste e I Encontro de Alimentação Complementar Saudável. Vinte e três/ Oficina de CCIH envolvendo profissionais, preferencialmente enfermeiros dos Hospitais públicos e privados. Há programação para a realização do curso de Gestão aplicada a Hanseníase, Tuberculose e AIDS com três módulos, sendo duas vagas para o município de Juína (programado para seis a dez). No mês de agosto teremos ainda a reunião com a SMS de Juína para discutir os fluxos de atendimentos, tratamento e acompanhamentos dos portadores de hanseníase. Vinte e sete a trinta e um/ Capacitação em Sala de Vacina para multiplicadores, que devem participar enfermeiros, preferencialmente concursados nos municípios e com perfil de multiplicador. **Setembro:** dezoito e vinte/ Reunião ampliada da CIR NO; Construção da rede da Zica, Dengue e Chikungunya e consolidação dos PAMEPS e PAREPS - Planos Municipais de Educação Permanente em Saúde e Plano Regional de Educação Permanente em Saúde. vinte e três a vinte e oito de setembro/ Oficina Operacional das ações de controle e vigilância da Tuberculose envolvendo médicos e enfermeiros dos municípios das regionais de Juína e Juara. **Segundo módulo do curso de Gestão Aplicada a Hanseníase, Tuberculose e AIDS** (programado para dez a quatorze). Ressaltou que no mês de setembro devem ser realizadas as Oficinas da PPI com municípios. **Outubro:** dezoito/ Reunião ampliada CIR NO com pactuação da PPI. Dezoito a dezoito/ Capacitação do Sistema GAL no município de Juína. Vinte três a vinte e cinco/ acontecerá no município de Sinop a Oficina de manejo clínico da Tuberculose, exclusivo para médicos, sendo uma profissional de cada município, no qual os municípios que tiverem CDP - Centro de detenção Provisória tem prioridade e poderá pleitear mais uma vaga. Terceiro módulo da Gestão aplicada a Tuberculose, Hanseníase e AIDS (programado para um a cinco de outubro). **Novembro:** treze e quatorze/ Reunião ampliada da CIR NO , RAPS e CIES/ PAREPS - discussão/ atualização da Rede de Atenção Psicossocial e Programação das ações da Comissão de Integração Ensino e Serviço e Plano Regional de Educação Permanente 2019 e Projeto para realização da Mostra Regional em março de 2019. Iniciará em novembro o Curso sobre Manejo de aedes, com um módulo EAD, sendo que, haverá um módulo presencial com programação para 2019. **Dezembro:** Doze/ Reunião Ordinária da CIR NO. Além da agenda apresentada os técnicos do ERS têm outras agendas de capacitação, monitoramento e avaliação entre outros que não foram apresentadas no momento, mas que são prioridades para a Secretaria Estadual de

Saúde e envolvem toda a equipe do ERS. Ana Paula informou que ainda está indefinida data da capacitação para Diagnóstico de Hanseníase, porem será após o mês de setembro. Leda lamentou pelos outros municípios da região não terem a mesma assistência da equipe do ERS, como Juína tem recebido, devido à proximidade. A equipe do ERS Juína tem muito para colaborar com as equipes municipais. Tania questionou se o recurso da CIES pode ser utilizado para deslocar os técnicos do ERS para irem ao município fazerem a Oficina de PPI. Ana Paula informou que esse recurso não pode ser utilizado para este fim. **Co-financiamento da Atenção Básica** - Leda questionou sobre a suspensão do co-financiamento da Atenção Básica apresentado no Colegiado de Gestão Municipal. Ana Paula explicou que o bloqueio do co-financiamento se dará quando o município não cumprir alguns critérios estabelecidos nas legislações pertinentes da Atenção Básica. **Credenciamento de novas Equipes de Saúde da Atenção Básica** - Ana Paula expôs o fluxo e prazo para apresentação de credenciamento de novas equipes da Atenção Básica, estabelecidos em portarias. **Pauta Permanente – Regulação Termo de compromisso de equipamentos do Complexo Regulador** – Foi entregue o Ofício Circular nº 007/CRR/ERS/2018 e Vanessa reiterou a necessidade da utilização dos códigos de procedimentos da Tabela SUS, pois a ausência dessa informação tem inviabilizado agendamento de procedimentos, ressaltou que um tipo de exame há várias possibilidades de detalhamento com códigos específicos. Uma ferramenta excelente para auxiliar esse processo de identificação do procedimento correspondente à necessidade do usuário é o sistema SIGTAP. Citou a Portaria nº 154 de 26 de junho de 2018 que dispõe sobre a sistematização do SISREG III, quanto à atualização dos números de telefones e endereços, entre outros requisitos importantes para conseguir o contato com o usuário que obteve agendamento de procedimentos. Ana Paula questionou se todos os municípios ficaram com uma via do termo de compromisso do Complexo Regulador, pois no termo há identificação do número do patrimônio e identificação do CNES da Unidade que devem estar instalados os computadores e serão verificadas em visitas *in loco*. **Parceria com a Sociedade Civil** - Ana Paula apontou que uma estratégia que vem sendo utilizada por vários municípios são as parcerias com a Sociedade Civil, que podem auxiliar a gestão pública para melhorar e ampliar os serviços. Nara exemplificou que Brasnorte há uma associação que fez cedência de um terreno para construção de um laboratório municipal. Leda comentou que recebeu várias doações de empresas e pessoas físicas para suporte dentro do Hospital Municipal. Ana Paula enfatizou que no encontro do Tribunal de Contas foi destacado

que todas as doações devem ser regulamentadas, através de instituições formais. Mara reforçou ainda que as doações recebidas devem ser apresentadas no Conselho para conhecimento. **SARGSUS** – Ana Paula informou que o sistema do SARGSUS está liberado para alimentação. **Informes – Telessaúde** Sergio apresentou um panorama regional das teleconsultorias realizadas pelos profissionais das diversas categorias da região. Apresentou um estrato atualizado definindo o Ranking dos municípios quanto à participação no Telessaúde com teleconsultorias com três municípios da Regional de Saúde em destaque entre os cinco municípios no Estado de MT, sendo Cotriguaçu, Juína e Juruena. Sergio apresentou ainda dados das teleconsultorias por equipes de cada município. **Cobertura de Vacinação** – Cleuza entregou ofício Circular nº 020/VE/VS/ERS/2018 referente os dados da cobertura da campanha de vacinação de influenza e também das vacinas de rotina. Reiterou a importância e necessidade da participação dos técnicos municipais na reunião ampliada e capacitação em Sala de Vacina programadas para serem realizadas ainda no ano de dois mil e dezoito. Reiterou que Veronica já enviou por e-mail o Informe Técnico da Campanha da Multivacinação do ano corrente. **Campanha de Hanseníase e verminose** - Cleuza informou que o encerramento da campanha da hanseníase será dia vinte e nove de junho, com inserção dos dados sobre as atividades da campanha. Será enviado um formulário no início de dois mil e dezenove para renovação e novas adesões. Leda ressaltou que o medicamento de verminose é uma manutenção e não um tratamento, pois é ministrado apenas um comprimido; quanto à identificação de mancha pelos pais, com preenchimento de um formulário, teve muitas dúvidas e principalmente recusas. Encerrou as atividades no período da manhã às doze horas com início dos trabalhos às treze e quarenta. **Vigilância ambiental – combate ao aedes LIRAA** -A coordenadora da Vigilância em Saúde do município de Juína entregou resultados de exames de influenza e leptospirose, sendo informado que os resultados são negativos e já foram inseridos no SINAN. Na sequência Aristides destacou sobre combate ao aedes aegypti exemplificando LIRAA que deve ser realizado seis por ano, mas a SES/MT definiu para esse ano um calendário estabelecendo quatro momentos. Explicou que o LIRAA serve como subsídio para planejamento e deve ser utilizado juntamente com o Plano de Contingência. Apresentou os resultados do primeiro e segundo ciclo do LIRAA, mas enfatizou os resultados do primeiro LIRAA, onde Aripuanã classificou-se com médio risco com a classificação de estratos de ILP para aedes aegypti de 1,0 <3,9. A caixa d'água não suspensa, depósito móvel, pneu e lixo foram os maiores focos de aedes. Brasnorte teve uma grande incidência de Chikungunya que

218 poderá atingir toda região, e na classificação de infestação esteve no médio risco, com ênfase no
219 depósito móvel como maior problema. Castanheira apresentou 100% (cem por cento) de
220 criadouros para *aedes aegypti* em lixo, não tendo focos em outros tipos de criadouros,
221 classificado como médio risco. Colniza infestação está na classificação de médio e o tipo de
222 criadouro predominante foi lixo, que representou setenta por cento dos criadouros. Cotriguaçu
223 classificou no médio risco e o maior problema de criadouro foram os lixos. O município de Juína
224 também ficou na classificação média de infestação com grande incidência de criadouros em lixos
225 que representou quarenta e dois por cento, e o restante definiu-se entre pneus e caixas baixas.
226 Jurueña também ficou classificada com médio risco, o tipo de criadouro predominante foi o lixo
227 que representou oitenta e cinco por cento e de pneu quatorze por cento e está muito próximo de
228 se classificar na alta incidência, portanto está em condição mais crítica que os outros municípios.
229 Helvio destacou que tem encontrado inúmeras dificuldades, principalmente de articulação entre
230 setores municipais, além da falta de equipamento para a limpeza urbana devido às condições de
231 insuficiência e ou precarização das máquinas. Há também problemas culturais da população que
232 precisam ser sensibilizadas para mudança de comportamento. Marcio expôs que Brasnorte fez
233 uma legislação que pune os usuários quanto ao acúmulo de lixo com multas, usando exemplos de
234 outros municípios do Estado de Mato Grosso. Aristides reforçou que os resultados do segundo
235 LIRAa foi diferente do primeiro devido o clima que já contemplou o período de seca, mas, não
236 elimina o problema, pelo contrário exige mais cuidados e definição de estratégias de intervenção.
237 Reiterou sobre as datas dos próximos LIRAa que serão em agosto e novembro, conforme
238 descrito no Ofício Circular nº 005/VA/VS/ERS/2018 com orientações sobre prazos de envio de
239 dados. **Exames de colinesterase, admissional, demissional e periódicos.** Aristides informou
240 municípios da região não estão realizando ou, não estão sendo informada, a realização de exames
241 colinesterase dos Agentes de Combate as Endemias. Os profissionais que tem contato com o
242 Bendiocarb deverão realizar o exame a cada sessenta dias e os que têm contato com o Malathion
243 a cada quinze dias. De acordo com os resultados, poderá ser necessário afastar o ACE do contato
244 com o insumo, não sendo necessário afastá-lo do trabalho, delegando outras atividades inerentes
245 a sua profissão; destacou que é preciso agendar no LACEN o envio dos exames, assim como
246 inserir no sistema GAL – Gerenciador de Ambiente Laboratorial. Observou que a partir de agora
247 o ERS vai fazer monitoramento sobre a realização e resultados dos exames de colinesterase, no
248 qual é importante enviar uma cópia de colinesterase I e II, por meio de um relatório mensal,

conforme orientações do ofício Circular nº 006/VA/VS/ERS/2018 que foi entregue aos presentes. **Processo de descentralização da Vigilância Sanitária.** Nara informou que dia cinco de agosto é o dia nacional da Vigilância Sanitária e solicitou que os municípios realizem eventos para promoção da Vigilância Sanitária, expondo suas responsabilidades e os benefícios das suas ações para a população em geral. Comentou que é possível utilizar o recurso que os municípios receberam da VISA no ano de dois mil e dezessete. Em seguida Nara discorreu sobre o processo de descentralização da VISA onde informou que a minuta apresentada anteriormente sofreu alterações e assim que aprovada como portaria, o município terá até 60 (sessenta) dias para adesão e efetivação do processo. Ressaltou que os municípios da regional de Juína estão bem avançados, porém terão ações de regularização do processo burocrático. Leda comentou sobre as alterações da minuta, que em alguns pontos as informações estavam vagas, principalmente quanto à equipe mínima, inclusive com ausência de definição de escolaridade. Leda citou que os incentivos da VISA não são suficiente para ampliar a equipe, mas com a descentralização a arrecadação da VISA aumentará e oportunizará esse custeio. Nara reforçou que assim que for publicada a portaria, esse assunto será retomado para definição de agenda para pactuação com os municípios. Leda questionou sobre a obrigatoriedade do alvará sanitário para estabelecimentos públicos de saúde e Nara citou a Lei 6437/77, art. 10, parágrafo único, onde destaca que não é necessário o alvará sanitário, mas precisa atender as condições básicas sanitárias definidas em legislação. Ponderou que Cotriguaçu já revisou o Código Sanitário Municipal, mas está atrasado quanto à aplicação e cobranças de taxas, portanto é importante e urgente a organização desse processo. Leda questionou a situação de Cadastramento das Unidades dispensadoras de Talidomida; Nara informou que estão regularizadas as unidades de Juína, Cotriguaçu e Aripuanã.

Casos confirmados de Febre Amarela e Sarampo em Mato Grosso - Elaine apresentou dados epidemiológicos com a informação de um caso de Febre amarela em Primavera do Leste e dois casos de sarampo em Guarantã do Norte. Comentou que com a entrada de venezuelanos no país houve o surgimento de casos de sarampo e os municípios tem a responsabilidade de realizar um levantamento vacinal de crianças até cinco anos, assim como profissionais que trabalham com turismo que devem ser vacinados. Ressaltou que a vacina tríplice viral é a medida de prevenção mais segura e eficaz contra o sarampo. Para prevenção, recomenda-se que os viajantes tenham suas vacinas atualizadas preferencialmente quinze dias antes de viajar. A vacina é recomendada, inclusive, para crianças de seis meses a um ano, sendo que, deverá ser agendada a administração

de dose da Tríplice viral para os doze meses e da Tetraviral para os quinze meses de vida. Reforçamos que considera-se vacinado até vinte e nove anos de idade pessoas com duas doses completas. Com trinta anos ou mais uma dose considera-se completamente vacinado. Entregou a Nota Técnica para representantes dos municípios e enfatizou que no caso de febre amarela notificado em Primavera do Leste, o usuário esteve em vários municípios e não foi possível identificar a origem; o mesmo foi vacinado várias vezes, mas as informações na carteira de vacina não tem lote, deixando dúvidas. Cleuza destacou que na Nota Técnica da campanha de Multivacinação constam novas orientações sobre o sarampo e a idade de imunização será indiscriminada, portanto é importante estudar o material. **Núcleo de Segurança do Paciente** - Elaine aproveitou o momento para informar sobre o Núcleo de Segurança do Paciente estabelecido em legislação nacional que oportuniza avaliação de situações adversas que podem ocorrer nos estabelecimentos de saúde, principalmente hospitalares e que precisa ser implantado o mais breve possível por todos. Citou o município de Juína que já instituiu o grupo por portaria e está em processo de implantação no Hospital Municipal. Juciane destacou que o Núcleo de Segurança do Paciente está sendo cobrado pelo sistema do CNES desde dois mil e dezessete, mas é preciso estudar as legislações para compor o núcleo e realizar a implantação conforme estabelecido na legislação. Elaine lembrou sobre a capacitação da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar será uma excelente oportunidade para discutir sobre a implantação do referido núcleo. **Monitoramento do PMAQ** – Juciane entregou o cronograma com as datas e nomes das equipes que farão entrevistas referentes à avaliação externa do Programa de Melhoria e do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica. Destacou que já enviou duas outras versões do cronograma e que de acordo os resultados dos jogos da Copa do Mundo poderão ter mais alterações. Os entrevistadores são bolsistas e recebem recursos financeiros para o custeio de deslocamento e alimentação, portanto faz-se necessário avaliar as exigências dos mesmos. Enfatizou ainda alguns pontos problemáticos de outros ciclos do PMAQ-AB e sugeriu orientações para suas equipes, pois os entrevistadores são estudantes e estão em ação para coleta de dados e não para questionar processos e/ou condutas de trabalho. **Prorrogação da Vigência do PBF** – Geise informou sobre o termino da primeira vigência do Programa Bolsa Família que estava estabelecido para dia vinte e nove de junho, mas foi reprogramado para até seis de julho. O Programa Bolsa Família será reformulado e em agosto haverá capacitação, contemplando as mudanças que ocorrerão. Falou também sobre o período de vigência do ciclo do Programa Saúde

na Escola que envolveu 2017/2018. Lembrou que os técnicos que participaram da capacitação do PSE realizada no ERS Juína só serão certificados após desenvolvimento de um projeto de intervenção, que deverá ser enviado ao ERS até dia seis de julho, conforme já informado por ofício. Leda questionou sobre a abrangência do período do ciclo do PSE e Geise informou que no mês de maio foi oportunizado aos municípios que aderiram ao ciclo 2017/2018 reajuste da quantidade de estabelecimentos escolares que atenderiam, porém não poderiam reduzir a quantidade pactuada, somente ampliar o rol de escolas e centros de educação infantil. Aproveitou para exemplificar as experiências exitosas das Equipes Saúde da Família com ações de imunização nos Centros de Educação Infantil - CEI. Citou também ações referentes o Programa do Tabagismo que tem apresentado resultados positivos inclusive com socialização dos processos de trabalho para outros municípios. Leda questionou como o PBF está funcionando onde não há o Núcleo Ampliado da Saúde da Família, pois Juína tinha dificuldades dessa responsabilização e desativou temporariamente o NASF e pelos relatos entendeu que os outros municípios fazem essa atividade com qualidade sem NASF. Geise expôs que os cursos oxigenam e motivam os profissionais de saúde, por isso é sempre importante à participação de todos. Geise ressaltou que a Planilha de monitoramento do Zica Vírus é semanal e deve ser enviado ao ERS com existência ou não de casos, pois a microcefalia é um sinal clínico que precisa de atenção integrada da Vigilância em Saúde e da Atenção Básica. Existem vários cuidados obrigatórios que precisam ser realizados na suspeita de microcefalia, tais como: coleta de exames, oferta de consultas médicas, acompanhamento contínuo de forma geral, além de investigação completa e acompanhamento da criança até os três anos. Geise evidenciou a importância do aleitamento materno que é algo fundamental e necessário ser acompanhado pelas equipes da Atenção Básica e ter incentivo as mães para garantir qualidade na alimentação. Leda disse que fez uma orientação à equipe da Atenção Básica juntamente com um profissional de ginecologia e obstetrícia para melhoria dos serviços referentes ao pré-natal e identificaram ausência de vários cuidados básicos e necessários para a assistência mínima às mães e crianças. Evidenciou a falta de informação quanto o uso correto do ácido fólico, assim como existência de sífilis sem diagnóstico, falta de planejamento de gravidez, ausência de informações nas cadernetas da gestante, falta de carteira da gestante, ausência do pai/parceiro nas ações do pré-natal entre outros. A conclusão que chegaram é de que há deficiências no planejamento familiar nas Equipes Saúde da Família. **Oficina de pareceres técnicos.** Ana Paula comentou sobre a Oficina de

Elaboração de Pareceres Técnicos proposta pelo COSEMS que está sendo realizada em parceria com a SES MT, deverá acontecer paralelo a reunião da CIB de agosto e estaremos encaminhando maiores orientações. **Informes Gerais** - A próxima Reunião de CIR ficou definida para dia dezoito e dezenove de julho com a discussão ampliada sobre imunização. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião. Eu, Juciane Alves da Silva, secretariei esta reunião e lavrei a presente ata que contém 12 (doze) páginas com 353 (trezentos e cinquenta e três) linhas, sem rasuras, e que vai assinada por mim, por Ana Paula Marques Schulz que coordenou a reunião CIR NO e Leda Maria de Souza Villaça, vice-presidente regional noroeste do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso.

Secretária Executiva da CIR NO _____

Coordenador da CIR NO _____

Vice-presidente Regional do COSEMS _____